

CADERNOS DE INCLUSÃO

1

Universidades Empobrecidas de Conhecimento

Entrevista concedida por José Jorge de Carvalho à Revista de História da Biblioteca Nacional

CADERNOS DE INCLUSÃO

Publicação do Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia de Inclusão no
Ensino Superior e na Pesquisa
INCTI/UnB/CNPq
V 1. No 1. novembro 2011

Editorial

Coordenação Geral: José Jorge de Carvalho

Coordenação Editorial – (edição virtual): Letícia C.R. Vianna

Assistência Executiva – (edição virtual): Samita Ilê M. Campos de Souza

Editor: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino
Superior e na Pesquisa. INCTI/UnB/CNPq

Universidade de Brasília - Instituto Central de Ciências – ICC Sul, lado A,
Sala BSS 135/138. Campus Universitário Darcy Ribeiro. Brasília DF. CEP.
70.919-970

ISSN 2965-6311

José Jorge de Carvalho

Cadernos de Inclusão 1

V 1. No 1. Novembro 2011

Universidades Empobrecidas de Conhecimento

Entrevista concedida por José Jorge de Carvalho à Revista de História da Biblioteca Nacional

Brasília
2011

Universidades Empobrecidas de Conhecimento

Entrevista concedida por José Jorge de Carvalho a Natalia Mazotte - Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, sexta-feira, 7 de janeiro de 2011

Revista de História da Biblioteca Nacional: Como surgiu a ideia do projeto Encontro de saberes?

A gênese do projeto está relacionada aos dois encontros de culturas populares que ocorreram em Brasília, organizados pelo Ministério da Cultura (MinC). Eu participei como conferencista dos dois, além de ter feito a fundamentação teórica do segundo. O I Encontro Nacional de Políticas Públicas para Culturas Populares foi em 2005. Em 2006, fizemos o I Encontro Sul-americano de Culturas Populares e houve a participação de mais de mil mestres brasileiros. Em todos esses encontros, os mestres expuseram a vontade de se aproximar da universidade. No contexto da luta pelas cotas (que já travo há vários anos), eu afirmava que precisávamos da inclusão dos saberes indígenas e afro-brasileiros. Ou seja, a afirmação da cultura dos mestres populares estava na linha dessa luta. Então eu propus, na reunião preparatória do segundo encontro, que as universidades também se abrissem para a presença dos mestres no ensino superior. Sempre me impressionou muito o fato de que os departamentos de música não contavam com músicos tradicionais, os departamentos de arte não tinham artesãos populares, os departamentos de medicina e farmácia desconheciam o saber das plantas medicinais ou dos curandeiros. Isso tudo, somado, fez com que o MinC levasse para a Secretaria de Educação Superior (Sesu), do Ministério da Educação (MEC), essa necessidade.

Finalmente, fez-se uma portaria interministerial entre o MEC, por intermédio da Sesu, e o MinC, por intermédio da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (SID), para reintroduzir as artes e ofícios tradicionais no ensino formal superior. A gênese, portanto, está na articulação dessas duas secretarias e na nossa luta paralela como ativistas das culturas tradicionais.

Uma terceira parceria que possibilitou o projeto foi com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), órgão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O resultado foi que, pela primeira vez na história das universidades brasileiras, de fato, mestres sem diploma deram aula em um curso regular da graduação. Já houve experiências semelhantes em cursos de extensão, como o feito pelo Fórum de Ciência e Cultura no RJ, mas nunca em um curso regular do ensino superior. A disciplina Artes e Ofícios dos Saberes Tradicionais foi proposta como uma matéria da graduação, de módulo livre e seis créditos. Essa matéria atravessou o 2o semestre.

RHBN: O projeto foi dividido em três etapas, certo? O que foi desenvolvido em cada uma delas?

Para esse projeto nós fizemos, primeiramente, um Seminário Internacional que levou o nome Encontro de Saberes e foi uma forma de reunir representantes de outros países, além de brasileiros, para apresentarem iniciativas de inclusão dos conhecimentos tradicionais em cursos, disciplinas e programas de extensão. Entre os participantes estão o reitor da Universidade Amawtay Wasi do Equador; Maria Mercedes Díaz, da Universidade de Catamarca na Argentina; Jaime Arocha, professor de Antropologia da Universidade Nacional da Colômbia; Carlos Callisaya, coordenador das Universidades Indígenas da Bolívia no Ministério da Educação boliviano e Maria Luísa Duarte Medina, que atua em projetos de inclusão dos saberes indígenas nas instituições de ensino superior do Paraguai.

Algo marcante neste seminário foi sua abertura. Para a conferência inaugural, convidamos o Tacumã, que é um decano dos xamãs do Xingu, um pajé de 80 anos. Mas como ele estava se recuperando de um problema de saúde e não poderia pegar avião mandou a filha dele, Mapulu, a primeira mulher a ser pajé no Xingu, uma líder feminina dos Kamayurás. E o mais impressionante: ela deu a conferência inaugural falando em Kamayurá, com a presença de um tradutor. Só essa experiência inicial já foi muito interessante e pioneira. Pela primeira vez, um indígena foi o conferencista inaugural de um congresso acadêmico, e falando em sua própria língua! Foi muito bonito. Ela falou sobre todo o processo de espiritualidade Kamayurá, da trajetória dos xamãs, respondeu perguntas sobre a crise da nossa civilização.

Este evento foi a abertura do projeto. Depois os mestres vieram pra uma residência em que puderam, durante uma semana, acompanhar aulas na Unb, conversar com os professores, entender o funcionamento da universidade, visitar as instalações e as partes do campus em que poderiam trabalhar.

E finalmente o curso, que começou em setembro. Foram cinco módulos de duas semanas, cada um ministrado por um mestre diferente. A procura foi tão grande que tivemos que duplicar o número de inscrições e passamos de uma turma com 35 alunos (incluindo 3 cotistas negros e 2 indígenas) para duas, em turnos diferentes, totalizando 70 alunos inscritos.

Um aspecto relevante foi que cada um dos cinco mestres veio de uma das cinco regiões do país e possuía saberes ligados a diferentes áreas do conhecimento.

O primeiro foi o mestre Biu Alexandre, que é um mestre de teatro popular do Cavalo Marinho, de Pernambuco, uma expressão artística maravilhosa, com máscaras, dança, poesia, com mais de 70 figuras alegóricas diferentes.

Aplicamos um princípio pedagógico novo nesta etapa do projeto. Cada mestre teria um professor parceiro da área em que atua. Como Cavalo Marinho é uma tradição de teatro popular, então duas professoras do departamento de Artes Cênicas foram parceiras. Elas acompanharam as aulas, fizeram residência nas artes e ensinaram aos seus alunos a arte de fazer máscaras e dançar também.

O segundo foi o mestre Benki Ashaninka, representante do povo ashaninka do Acre. Benki é uma liderança do reflorestamento. O Acre é uma área muito desmatada e ele tem um projeto maravilhoso na região. Uma professora de educação ambiental acompanhou as aulas, que ensinavam a como fazer o manejo sustentável da floresta, tema importantíssimo em um país como o nosso, em que o desenvolvimento costuma estar atrelado à destruição florestal.

A terceira foi a Lucely Pio, mestre raizeira quilombola do estado de Goiás, ligada à Articulação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado. Ela é uma enciclopédia ambulante, uma especialista em plantas medicinais e está, inclusive, escrevendo a “Farmacopéia popular do Cerrado”. Seu horto conta com mais de 450 plantas conhecidas de uso medicinal. Lucely

ensinou os estudantes a reconhecer as plantas medicinais, fazer o manejo, retirar, fazer tinturas, chás, plantar, todos os usos possíveis. E a professora parceira veio de farmácia.

É bom ressaltar que essa diversidade de áreas foi pensada exatamente para aproximar diferentes professores parceiros, que podem servir como multiplicadores, entusiasmar outros colegas para a importância de trazer esses conhecimentos tradicionais para a universidade.

Em seguida veio o Zé Jerome, que é um mestre de Congado de Moçambique e Folia de Reis e veio de Cunha (SP) para ensinar aos alunos sua arte.

Por último, Maniwa Kamayurá, representante dos povos indígenas do Alto Xingu, um arquiteto Kamayurá que constrói residências indígenas com mais de 40 metros de comprimento e 10 metros de altura sem prego e martelo, só com material das árvores. Ele é um grande conhecedor de arquitetura e engenharia tradicionais. Suas construções são funcionais, possuem um sistema de ventilação perfeito, com vários níveis e amarrações.

RHBN: Por que esse conhecimento tradicional se afastou da academia? Você vê muito preconceito em relação a esses saberes?

Sim. Existe preconceito e ele faz parte da formação das nossas universidades. Elas foram constituídas através da negação dos saberes tradicionais que existiam no nosso país. Nossas universidades são completamente colonizadas e foram formadas apenas pra reproduzir o saber europeu, letrado e moderno no Brasil. Em nenhum momento se pensou que os indígenas já tinham algum saber constituído e válido ou que as tradições africanas também tinham saberes válidos. Houve racismo e uma atitude de mente colonizada. Um bom exemplo é a USP, que nasceu de uma missão francesa, responsável pelas aulas de filosofia, de linguística, pelo começo da instituição.

Não é que esse saber não seja válido, mas não era o único que existia no Brasil. O saber das plantas medicinais, por exemplo, poderia estar nas universidades desde o século XIX. Existia uma enormidade de conhecimentos tecnológicos desses povos: produção de barcos, saberes de arquitetura, saberes da pesca... e ficaram todos de fora! Há mais de 100 anos é assim. Então o preconceito existe.

Para legitimar o saber de origem européia instituiu-se que só se aceitaria na academia pessoas com letramento, que tivessem passado pela educação formal. Com isso, garantiu-se a predominância do saber eurocêntrico moderno e a impossibilidade de outros saberes entrarem nas universidades. O resultado: ficamos com uma formação empobrecida. Com a exigência de mestrado e doutorado é ainda pior.

Nesse sentido, um aspecto importante do Encontro de Saberes é que ele amplia a própria noção de saber. O saber europeu é válido, é importante e continuará, mas os saberes indígena, afro, dos povos ribeirinhos e de outros também podem ficar. Vejo a revolução deste projeto como sendo paralela a de Paulo Freire, com a pedagogia do oprimido. Paulo Freire, quando alfabetizava os analfabetos, não ignorava que aquelas pessoas carregavam o seu próprio horizonte de conhecimentos, não descartava o saber que já vinha com o aluno e o aproveitava para alcançar o letramento. Mas Paulo Freire não colocou os analfabetos para serem professores. Esse foi o passo adiante que nós demos. Nós trouxemos os analfabetos para dar aula em uma universidade, em uma matéria regular. Dos cinco mestres que participaram da disciplina, quatro são analfabetos. Analfabeto não significa ignorante, ele pode ser um sábio assim como o letrado. E este é outro preconceito a ser enfrentado. Há pessoas escandalizadas pelo fato de analfabetos estarem dando aulas. Nós permitimos esta confusão. E o encontro de saberes possibilitou um avanço enorme no esclarecimento desta questão. Ele é o encontro de sábios, é o encontro de saberes válidos e necessários para a sociedade brasileira.

RHBN: Você vê nessa abertura dada ao projeto, tanto por parte do Governo quanto da própria UnB, uma semente na alteração do paradigma racionalista e eurocêntrico que temos no ensino superior?

Vejo sim, concordo plenamente com isso. Olha, nós somos mais eurocêntricos do que as próprias universidades européias, pois há um preconceito constitutivo na nossa formação educacional. É escandalosamente limitada a quantidade de conhecimentos que circula nas universidades comparada à quantidade de conhecimentos existentes no país como um todo.

Mas há um mecanismo para combater essa exclusão: o título de notório saber. Por ele, a universidade atesta o conhecimento adquirido fora do ensino formal. Uma pessoa

que não tem diploma pode se tornar professor universitário. O diretor de teatro Hugo Rodas, por exemplo, é professor titular de Artes Cênicas aqui na Unb e muito conhecido em Brasília, mas veio do Uruguai sem diploma de curso superior. A Unb lhe deu o título de notório saber e agora ele é professor de teatro. Todos os professores que receberam notório saber ensinam a elite, a classe letrada, não há essa barreira. Nós podíamos ter mestres de conhecimentos tradicionais dando aula nas universidades se tivéssemos dado o notório saber a eles. Mas nunca deram notório saber a mestres populares analfabetos. Então o próximo passo é reconhecer e dar o título de notório saber pra esses mestres, para que eles possam ensinar nas universidades.

RHBN: Como foi a integração entre os professores parceiros da Unb e os mestres de saberes tradicionais?

Os professores parceiros ficaram fascinados pelos mestres. Não é propaganda enganosa, não (risos). Foi uma experiência muito feliz e muito rica, até porque procuramos professores que se interessaram em ser parceiros e que já estavam preocupados em fazer essa integração dos mestres na universidade. A acolhida foi muito boa e eu acredito que esse seja um caminho para conseguir o notório saber para esses mestres, para que eles possam dar aula, um curso inteiro e não só um módulo, tanto na UnB quanto em outras universidades. Acho que pode até ser que o preconceito continue, mas aqui nós vencemos boa parte dele.

RHBN: E a reação dos alunos neste processo?

A reação dos alunos foi muito positiva. Todos eles fizeram um diário de bordo de cada aula, como é feito em Artes Cênicas. E também temos que ressaltar que os mestres são excelentes professores, diferentes entre si, mas todos com um carisma enorme. Eles conseguiram um diálogo com os alunos muito bom. Agora que finalizamos o último módulo, os alunos terão duas semanas para fazer a avaliação final e eles se propuseram, espontaneamente, a apresentar alguns trabalhos na universidade, mostrando os saberes que tiveram a oportunidade de conhecer.

RHBN: Qual a sua expectativa para o projeto e a disciplina Artes e Ofícios dos Saberes Tradicionais nos próximos meses e a longo prazo?

Ampliar o programa e consolidar a disciplina de saberes tradicionais, divulgar a importância dos encontros de saberes. Não faz sentido que, em um país como o nosso, com tanto conhecimento tradicional espalhado, as universidades se mantenham fechadas a eles e empobrecidas por esta ausência. Trata-se de somar, de ampliar, e não de substituir.

Se os saberes tradicionais nunca estiveram antes nestes espaços não foi por serem conhecimentos errôneos ou inválidos, mas sim porque as universidades estabeleceram um formato que impediu que eles entrassem, que é a questão do diploma. Se fetichizou a escrita como o único lugar de conhecimento, como se só a pessoa que tivesse acesso à escrita pudesse saber. O nosso projeto levou em conta também a necessidade de se reforçar o saber oral. O espaço universitário tem contribuído para que os alunos fiquem desmemoriados. Não há exercício para memória longa e precisa, pois tudo se olha no google. Os próprios estudantes já fizeram esse diagnóstico. Eles não conseguem fazer poesia, lembrar de histórias complexas. O conhecimento está cada vez mais mediado, não há uma relação direta com o objeto de estudo. Então o encontro de saberes privilegia a presença do mestre, sua capacidade mnemônica e de transmitir conhecimentos oralmente, a relação face a face, a sensibilidade. Isso já é uma outra mudança de paradigma.